



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

PREGÃO Nº 30/2020 – ELETRÔNICO

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições de eventual aquisição futura de materiais de consumo, a serem utilizados nas Eleições 2020, doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.
3. A aquisição dos materiais tem a finalidade implementar medidas de segurança nas Eleições, visando propiciar um ambiente seguro e preservar a saúde de mesários e colaboradores que atuam diretamente nas atividades relacionadas ao Pleito Eleitoral/2020, e eventualmente, os materiais poderão ser utilizados nas demais atividades ordinárias desta Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO II - DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:
 - a) haver previsão de aquisições freqüentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de ressuprimento do estoque do almoxarifado para atendimento da demanda ordinária da Justiça Eleitoral, bem como atender aos preparativos das Eleições 2020.;e
 - b) não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pelo TRE/MS, especialmente em função da equação: recursos orçamentários disponíveis/preço de venda final, objetivando-se possibilitar ao TRE/MS o melhor aproveitamento desses recursos, além de não se saber previamente se haverá ou não segundo turno nas Eleições 2020.
2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços (Anexo II do Edital), deverá ser praticado pela empresa vencedora.
 - 2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
 - 2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do(s) material(is), dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.

3. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO III - DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
01	<p><u>Máscara Cirúrgica Tripla:</u> fabricada em não tecido (TNT) descartável; 100% polipropileno; não estéril; tripla camada com filtro para maior proteção e deve ter eficiência de filtração bacteriana de 95%; estilo retangular; três pregas horizontais no corpo da máscara; deve ter acabamento em todas as extremidades; clipe nasal para ajuste ao rosto; quando inteiramente aberta a máscara deve proteger desde o topo do nariz até a cobertura total do queixo, mantendo-os protegidos; com elástico de fixação; cor branca; deve ser: atóxica, hipoalergênica, não inflamável, isenta de fibra de vidro, sem látex (latex free); medidas aproximadas: largura = 17,5cm; altura sem uso = 9,5cm; altura na face = 16cm. Registro na ANVISA. Cor: Branca</p> <p><i>Produto(s) de referência: Descarpack, Talge ou similar</i></p>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Unidade	469.050	R\$ 2,06	R\$ 966.243,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,02

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
02	<p><u>COTAME/EPP</u></p> <p><u>Máscara Cirúrgica Tripla:</u> fabricada em não tecido (TNT) descartável; 100% polipropileno; não estéril; tripla camada com filtro para maior proteção e deve ter eficiência de filtração bacteriana de 95%; estilo retangular; três pregas horizontais no corpo da máscara; deve ter acabamento em todas as extremidades; clipe nasal para ajuste ao rosto; quando inteiramente aberta a máscara deve proteger desde o topo do nariz até a cobertura total do queixo, mantendo-os protegidos; com elástico de fixação; cor branca; deve ser: atóxica, hipoalergênica, não inflamável, isenta de fibra de vidro, sem látex (latex free); medidas aproximadas: largura = 17,5cm; altura sem uso = 9,5cm; altura na face = 16cm. Registro na ANVISA. Cor Branca.</p> <p><i>Produto(s) de referência: Descarpack, Talge ou similar</i></p>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Unidade	156.300	R\$ 2,06	R\$ 321.978,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,02

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
03	Álcool etílico hidratado em gel, com graduação 70%, com fabricação não superior a 30 dias da data da entrega. Frasco com 500 ml (lacrado). (ver documentos de habilitação específicos para este item)		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Frasco	11.250	R\$ 5,61	R\$ 63.112,50
Intervalo entre os lances			R\$ 0,05

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
04	<u>COTA ME/EPP</u> Álcool etílico hidratado em gel, com graduação 70%, com fabricação não superior a 30 dias da data da entrega. Frasco com 500 ml (lacrado). (ver documentos de habilitação específicos para este item)		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Frasco	3.750	R\$ 5,61	R\$ 21.037,50
Intervalo entre os lances			R\$ 0,05

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
05	Luva nitrílica descartável para procedimentos não cirúrgicos , ambidestra, não estéril, sem pó (powder free), tamanho PP, M ou G. Caixa com 100 unidades. Validade de, no mínimo, 02 anos após a fabricação. Registro na ANVISA. <i>Produto(s) de referência: Descarpack, Supermax ou similar</i>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Caixa	112.500	R\$ 32,01	R\$ 3.601.125,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,10

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS
	<u>COTA ME/EPP</u>

06	Luva nitrílica descartável para procedimentos não cirúrgicos , ambidestra, não estéril, sem pó (powder free), tamanho PP, M ou G. Caixa com 100 unidades. Validade de, no mínimo, 02 anos após a fabricação. Registro na ANVISA. <i>Produto(s) de referência: Descarpack, Supermax ou similar</i>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Caixa	37.500	R\$ 32,01	R\$ 1.200.375,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,10

EM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
07	Lenço umidecido: pote plástico com tampa flip top (permite reabastecimento por refil), contendo, no mínimo, 70 lenços, cada lenço com dimensões mínimas de 17 x 11 cm, lenço confeccionado em não tecido (tnt), dermatologicamente testado, elaborado com ingredientes não alcoólicos, contendo lanolina em sua composição.		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Pote	15.000	R\$ 4,25	R\$ 63.750,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,05

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A indicação de produto de referência feita na descrição de alguns itens é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

2.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos **similares** aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

2.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado mantém-se de acordo com as especificações exigidas.

2.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 2.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

3. Os itens que tiveram seus valores totais estimados acima de R\$ 80.000,00, para atendimento do disposto no inciso III, artigo 48 da Lei Complementar nº 123 – cota de até 25% para ME/EPP, foram divididos em dois itens, conforme indicado na tabela

abaixo:

Material	Quantidade total	Qdade ampla disputa	Qdade cota exclusiva ME/EPP
Máscara cirúrgica tripla	625.350	item 01 - 469.050	item 02 - 156.300
álcool etílico	15.000	item 03 - 11.250	item 04 - 3.750
Luva nitrílica	150.000	item 05 - 112.500	item 06 - 37.500

4. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto cotado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Havendo necessidade de material cujo preço foi registrado, a Unidade Requisitante fará a solicitação, mediante requisição de fornecimento, indicando sua descrição, quantidade e preço registrado, bem como o endereço de onde deverá ser realizada a entrega dos materiais.

1.1. Caberá à unidade requisitante a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à empresa fornecedora (por. ex.: em mãos, fax, correio-eletrônico).

2. A(s) empresa(s) fornecedora(s) deverá(ão) entregar os materiais, na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, sito na Rua Delegado Alfredo Hardmann, n.º 184, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande/MS.

2.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

2.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7000.

3. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **20 (vinte)** dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Requisição de fornecimento.

3.1. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

7. O recebimento provisório e definitivo dos materiais ficará à cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA), conforme descrito a seguir.

8. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

9. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

9.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

10. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

11. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

11.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 4 a 6 deste Capítulo.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

14. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CAPÍTULO V – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e

conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VI – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços (minuta constante do Anexo II do Edital).

CAPÍTULO VIII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta – Anexo II).

2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta – Anexo II).

2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

Campo Grande/MS, julho de 2020.

TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 30/07/2020, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0864269** e o código CRC **67705F10**.

0005103-07.2020.6.12.8000

0864269v4